

ULLER-GÓMEZ, Cíntia[□]. E-mail: cintiaug@bol.com.br.

Monitoramento Ambiental: pensando uma abordagem participativa.

O serviço de extensão rural em Santa Catarina (Brasil) tem investido em programas ambientais desde o início de sua atuação, em 1957. Neste quase meio século, percebe-se mudanças significativas em relação às técnicas disseminadas (por exemplo: terraços, cultivo mínimo, plantio direto) e às unidades de planejamento e gestão utilizadas (lavoura, propriedade, microbacia). Entretanto, as estratégias utilizadas para conseguir a adesão dos agricultores aos referidos programas foram basicamente as mesmas. Sempre se investiu em soluções para os problemas de ordens técnica e monetária. Pouco ou nada se tem trabalhado sob uma perspectiva que considerasse também o contexto sócio-cultural das populações envolvidas. Hoje, no entanto, os próprios métodos de extensão rural estão sendo repensados e a importância de inclusão desta perspectiva, evidenciada. Desta forma, o momento atual mostra-se oportuno para apresentação de novas abordagens que possam contribuir para que o serviço de extensão rural vença o desafio proposto. Este artigo tem por objetivo discutir as possibilidades de que uma abordagem participativa de monitoramento venha a contribuir para o estabelecimento de melhores relações ambientais na agricultura. De acordo com a abordagem que aqui se apresenta, a coleta comunitária de dados, que se poderia pensar um fim em si mesma, é o meio de atuação, com potencialidades muito mais ricas. A intenção em monitorar é, antes de tudo, proporcionar à comunidade um aumento/resgate do conhecimento a respeito de seu ambiente. Como consequência deste(s), promover a autonomia da comunidade e possibilitar a construção de argumentos para contribuir no próprio processo de extensão rural, bem como no direcionamento de políticas de desenvolvimento. Sob esta ótica, são apontadas e discutidas algumas características que poderiam ser consideradas adequadas a um processo de monitoramento ambiental em comunidades rurais, tais como: efetiva participação comunitária, flexibilidade e possibilidades de reorientação mediante a auto-avaliação, dentre outras.

[□] Eng. Agrônoma, Mestre em Agroecossistemas (CCA/UFSC).